

Coronelismo na Baixada Fluminense – A figura mítica de Tenório Cavalcante (1952-1964)

JORDAN LUIZ MENEZES GONÇALVES*

Resumo: A análise deste fenômeno, conceituado como coronelismo, na região da baixada fluminense, mais especificamente no município de Duque de Caxias no período compreendido entre 1952 e 1964, a partir da construção da figura mítica de Tenório Cavalcante, conhecido como o Homem da Capa Preta. Acreditamos que a realização de nossa proposta se justifique por nos permitir identificar proximidades ou semelhanças entre as análises históricas tradicionais sobre o coronelismo, que o localiza em geral nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e o mesmo fenômeno percebido por nós em uma região específica do Rio de Janeiro.

Abstract: The analysis of this phenomenon, conceptualized as colonels in the lowland region of the state, more specifically in the municipality of Duque de Caxias in the period between 1952 and 1964, from the construction of the mythical figure of Tenório Cavalcante, known as the Man in the Raincoat Black. We believe that the performance of our proposal is justified for allowing us to identify nearby or similarities between traditional historical analyzes on the Colonels, who generally located in the North and Northeast of Brazil, and the same phenomenon perceived by us in a specific region of Rio January.

Coronelismo na Baixada Fluminense (Duque de Caxias)

Este tema é retirado de uma visão Sociológica da Baixada Fluminense¹, onde nós pegamos e em cima de um tema tratado por Alves (1998), fizemos um estudo Multidisciplinar, dando uma ênfase histórica. Neste nosso trabalho, encontramos o Coronelismo sendo discutido por uma visão de três novos autores, não dando tanta prioridade aos grandes autores que escreveram sobre o tema, mas iremos mencioná-los para contextualizar o nosso trabalho e dar mais ênfase a nossa proposta.

A nossa proposta de trabalho esta baseada no fenômeno do coronelismo, que, segundo Leal (1975), vem a ser um conceito de conteúdo fechado, pois sua existência está atrelada a um determinado período de nossa história e delimitada a um recorte

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHIS/UERJ).

¹ ALVES, J. C. S. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

geográfico específico. Para ele a questão coronelista começa na Proclamação da República, com a instituição do federalismo que dá aos estados uma espécie de autonomia, e encontra seu fim na chegada de Vargas ao poder em 1930, sendo o seu primeiro ato acabar com a autonomia dos Estados, e, para Leal (1975), colocando um fim a uma política coronelista. Este recorte geográfico se referia as regiões Norte/Nordeste do Brasil, local onde a figura do coronel era uma constante.

Acreditamos que a realização de nossa proposta se justifique por nos permitir identificar proximidades ou semelhanças entre as análises históricas tradicionais sobre o coronelismo, que o localiza em geral nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e o mesmo fenômeno percebido por nós em uma região específica do Rio de Janeiro.

Para iniciarmos o nosso trabalho partimos da seguinte questão: é possível identificarmos práticas do coronelismo em Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense, no período das décadas de 50 e 60 do século XX?

A nossa problemática se constituiu, então, na possibilidade de vermos aplicado a este contexto o conceito de coronelismo desenvolvido por Leal².

Alguns autores revelam que este conceito não tem como ser aplicado após os anos de 1930, sendo o próprio Leal um deles. Nessa concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos, além de ser datado historicamente.

Na visão de Leal (1975), ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica³. O fato político refere-se ao federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, que criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado, diferentemente do antigo presidente de província, durante o império, que não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador.

² LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa Omega, 1975.

³ Idem. p.48

Na visão de Leal (1975), o coronelismo era uma espécie de fenômeno político totalmente ligado à área rural, mas com o passar dos anos e com o desenvolvimento de diversas áreas urbanas, esse fenômeno foi também se transferindo para a área urbana, locais esses que não tinham a economia baseada no meio rural, que é o exemplo de Duque de Caxias, nas décadas de 50 e 60 do século XX.

O primeiro passo para o progresso foi dado em agosto de 1928, quando o então presidente Washington Luiz inaugurou o trecho da estrada ligando o Rio a Petrópolis e que levaria o seu nome. Inicialmente ela não era pavimentada, o que aconteceria já em 1931, tornando-a a primeira estrada do Brasil e ter um trecho asfaltado. Mais tarde, em 1964, ela seria incluída no Plano Nacional de Viação, cuja redação estabelecia sua extensão até à capital, Brasília, passando por cidades como Juiz de Fora, Belo Horizonte. A partir de então, ela passou a ser chamada BR-040 e conhecida também como Rio-Juiz de Fora.

A Rio-Petrópolis teve importância fundamental para o crescimento industrial de Duque de Caxias, que teve início já em 1940, poucos anos antes da emancipação. A primeira grande indústria a se instalar na cidade foi a Fábrica Nacional de Motores (FNM), projetada com o intuito de produzir motores de aviões para as tropas aliadas que combatiam na Segunda Guerra. Mais tarde, a FNM seria transformada em Sociedade Anônima, passando a fabricar caminhões pesados até a década de 60, quando a cidade começou a se transformar em um grande potencial em termos de comércio e indústria. A FNM seria vendida para a Fiat no final dos anos 70 e atualmente suas instalações abrigam a fábrica Ciferal, de carrocerias de ônibus. Com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), em 1961, Duque de Caxias se tornaria um dos mais importantes polos industriais do país.

Nos autores que discordam de Leal, encontramos Dantas (1987), que defende a ideia de que o coronelismo sobreviveu ao fim da República Velha e o poder dos coronéis perdurou mesmo após a revolução de 1930, negociando politicamente com os interventores estaduais indicados pelo poder central. Ele também discorda da tese de Leal que considera o voto como o centro vital de todo o sistema coronelista, pois Dantas (1987) entende que a influência dos coronéis está no seu poder de mando, de coerção junto à população local. Desta forma é que os coronéis mantiveram sua força local, ou

seja, o voto era só uma consequência e não uma causa. No entanto, os autores são unânimes em admitir que a base de sustentação do coronelismo seja a sua estrutura agrária, fornecendo subsídios necessários para a manifestação do poder privado.

Entendemos que podemos nos reapropriar do conceito adequando-o ao nosso objeto, pois analisaremos questões relacionadas à perspectiva do poder político instituído na região delimitada no trabalho. Verificar qual a base econômica de Duque de Caxias neste período, para observar semelhanças e/ou diferenças, que ajudem a contextualizar sua questão.

Referências Teórico-Methodológicas

O conceito de Coronelismo esta amplamente ligada aos fenômenos político, cultural, social e econômico de significativa permanência na história brasileira, sendo um conceito que traduz uma forma de controle do poder privado sobre o poder público através, principalmente, do mandonismo local. Sustentando-se em uma estrutura social hierarquizada, o Coronelismo contribui tanto para a reprodução dessa mesma hierarquia quanto se consolida através dela. O pressuposto da hierarquia inerente à prática do Coronelismo tem sua origem na Guarda Nacional, criada durante o Império no período regencial.

A Guarda Nacional⁴ constitui-se como milícia civil, encarregada da segurança das diferentes regiões do país. Concebida como corporação paramilitar, acabou por funcionar como uma instância do poder civil e como legitimadora e reforçadora da estrutura social então vigente no país. A sua estruturação interna refletia as diferenciações de renda e prestígio da sociedade brasileira. O Coronel, mandatário

⁴ A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial, em agosto de 1831, para servir de "sentinela da constituição jurada", e desmobilizada em setembro de 1922. No ato de sua criação lia-se: "Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os antigos corpos de milícias, as ordenanças e as guardas municipais." Em 1850 a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Em 1873 ocorreu nova reforma que diminuiu a importância da instituição em relação ao Exército Brasileiro. Com o advento da República a Guarda Nacional foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1918 passou a Guarda Nacional a ser subordinada ao Ministério de Guerra através da organização do Exército Nacional de 2ª Linha, que constituiu de certo modo sua absorção pelo Exército.

superior da corporação, era arregimentado entre pessoas de maior poder econômico e de maior influência, especialmente no interior do país.⁵

Alguns autores dedicaram-se a estudar o fenômeno do coronelismo e do mandonismo local no Brasil. Dentre eles, destaca-se Queiroz (1972). Em sua obra *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, identifica o Coronelismo como uma forma específica de poder político, criada oficialmente no período imperial, mas que temporalmente ultrapassa tal período, tanto através da estrutura de poder semifeudal consolidada desde o Brasil colônia quanto através de novas e atualizadas formas de coronelismo que sucederam ao período imperial e à primeira república.

Leal (1975), em seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, indica que o fenômeno do Coronelismo no Brasil relaciona-se ao federalismo brasileiro que, ao dispersar territorialmente a vigência do poder civil, fez do poder regional o sustentáculo do poder central através da cadeia de controle do voto pelas oligarquias locais. Já Faoro (1977), autor de *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*, além de destacar que o Coronelismo se insere no esquema da supremacia estadual e das eleições sancionadoras, destaca também que na República Velha o coronel integrava-se ao poder estadual, constituindo-se na espinha dorsal da vida política, representando, muitas vezes, uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado.

O coronel, ao reunir em si poderes de controle sobre a vida da população submetida a seu mando, exercia função intermediadora entre o poder privado e o poder público. Em outras palavras os coronéis controlavam o eleitorado e, através de uma rede que envolvia os chefes políticos locais, sustentavam tanto seu próprio poder privado como de seus apoiadores.

Para Leal (1975), o fenômeno do coronelismo tem muito a ver com a falta ou a ausência do poder estatal em um determinado local, essa ideia fica bastante clara na seguinte passagem: “Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.” (LEAL, 1975,40)

⁵ Dicionário Crítico do pensamento de Direita organizado pelo Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva.

Para o autor o papel do coronel não necessariamente deve ser daquele que possui bem capital ou terras, podendo ser uma pessoa que possua ensino superior, já que esta prática se difunde muito no Brasil, formando advogados e médicos.

O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comendo e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”. (LEAL, 1975,41)

A figura do “coronel” não muda para os moradores da região, eles em sua maioria, têm o “coronel” como uma figura rica, influente e militarizada. Tirando pela sua realidade, os moradores locais têm razão, os “coronéis” são ricos sim, mas muitas vezes esse pensamento de riqueza é exagerado, ele é visto sempre como um dono de terras e de cabeças de gado.

“o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.” (LEAL, 1975, 43)

Portanto, o “coronel” que o autor define não se assemelha necessariamente com aquele do imaginário popular, em geral o ultrapassa. O “coronel”, para o autor, é assim, um homem que está em uma situação de dependência com diversos sistemas de poder

dentre estes os Partidos Republicanos (partido que assim que a República foi fundada, concentrou os grupos regionais, dando origem aos partidos republicanos), o Município, o Estado, a Federação (autoridade nacional), etc.

Entre várias questões abordadas pelo autor, nos chama atenção a questão do poder do coronel em si, isto é, o poder político, econômico, militar que apresentavam e que se associavam a outra perspectiva, que é destacada pelo autor, a questão da posse de terra. Os coronéis em sentido tradicional apresentavam como característica o fato de serem grandes proprietários de terras, a terra era um elemento importante para configuração do poder real destes atores. No contexto em que pretendemos analisar, percebemos que esta não é uma característica fundamental, pois nosso ator (Tenório) não possui grandes propriedades de terra. Mas ao mesmo tempo, é revelado no imaginário, um exemplo disto encontramos no cinema (com o filme *O Homem da Capa Preta*)⁶, que o mesmo era considerado naquele período o “dono” de Caxias ou fazendo alusão a ideia de que “Caxias era ele”.

Em seus relatos (um em especial que chamou a nossa atenção, foi a de uma conversa, gravada “clandestinamente” pelo diretor do filme, que entrou no menu sendo uma cena extra)⁷ observamos falas que descrevem o fato de que ao chegar naquela terra,

⁶ A vida de Tenório Cavalcanti, um político reacionário e muito polêmico da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro dos anos 50, que nasceu em Alagoas e teve a violência como companheira logo no início de sua vida, ao presenciar o assassinato de seu pai. Empunhando uma metralhadora e usando uma capa preta e uma cartola, ele se tornou uma espécie de justiceiro, desafiando os corruptos e poderosos que dominavam Duque de Caxias. A sua trajetória mistura os papéis de político e bandido, coisa recorrente ainda hoje. Temos que tomar cuidado com as fontes audiovisuais, pois em sua grande maioria elas podem ser tendenciosas, e nesse caso (*O Homem da Capa Preta*), o diretor não foi tendencioso, ele apenas retratou a vida de Tenório Cavalcanti com base nos originais dos livros: *Tenório, o Homem e o Mito*, Maria do Carmo Cavalcanti Fortes; *Minha vida com meu pai Tenório*, Sandra Cavalcanti F. Lima; e *Capa preta e Lurdinha*, Israel Beloch.

⁷ “Em 1984 o diretor Sérgio Rezende registrou em equipamento de vídeo amador à fortaleza de Tenório Cavalcanti em Duque de Caxias”.

Tenório Cavalcanti: A verdade é esta. Fui vereador. Fui deputado estadual. Presidente de uma Câmara. Primeiro-secretário de uma Câmara de Nova Iguaçu. Nunca perdi uma eleição. Sempre venci uma eleição e nunca vivi fora dos meus limites padronais. Quer dizer, nunca vivi fora das nossas angústias. Sempre vivi perto das angústias, de sofrimento. E cheguei à conclusão que, no mundo das coisas reais nada de concreto realmente se consegue a não ser por meio de uma política organizada. Então, fui tratar de participar da política para vê se organizava. E lá me encontrei com uma adversidade roxa. Com a noite tenebrosa da maledicência da mentira, da baixeza moral. (...) *O vídeo é editado.*

Isso aqui o que era? Isso aqui era uma favela abandonada. Quantas pessoas tinham aqui? 30. Quantas morriam por dia? E quem viveu esta vida, viveu a realidade histórica de humanidade. Esses sentiram meu

“Caxias não era nada”, era apenas um “mosquiteiro”, um “pântano” que transmitia a seus moradores diversas doenças. Segundo o mesmo cabe a ele as obras de saneamento básico realizadas.

Estes fatos nos permitem indagar se outras relações e outros elementos existentes nas práticas do coronelismo não estariam envolvidas no contexto que pretendemos analisar e/ou se nesta região específica podemos falar em uma reapropriação do conceito e a instalação de novos mecanismos que reeditam e ao mesmo tempo reelaboram esta prática. Permitindo-nos perguntar quais as características que este coronelismo de Tenório Cavalcanti apresenta?

Nesta linha de pensamento poderia nos apropriar da visão desenvolvida pelo autor coreano Eul-Soo Pang (retirada da obra do autor Guimarães) que diz que “a base patriarcal social e econômica do coronelismo teve suas origens nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI [...] entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950” (GUIMARÃES, 2008, 159). Perspectiva que aumenta a abrangência do fenômeno em duas instâncias, a primeira, é a temporal, e nos permite pensar a atuação de Tenório em Duque de Caxias nos anos de 1960, avançando ainda mais com a possibilidade de remanescência deste fenômeno. A segunda, diz respeito a possibilidade de compreendermos a questão do coronelismo não como um resquício do fim da Guarda Nacional, como aponta Leal. Já que esta estaria assentada na construção e consolidação de uma estrutura/modelo econômico.

Segundo Pang (2008) a prática do coronelismo inclui como elemento importante de sua dinâmica a esfera de recrutamento e influência de seus membros. O recrutamento poderia se organizar por laços consanguíneos ou não, mas

dilema. Esses estão lá naquele morro. Estes estão aqui nessa rua. Estes estão ouvindo o eco das multidões sem nada. Estes estão sentindo a realidade histórica. Os gemidos das multidões sem nada me fizeram sentir melhor. Os gemidos das multidões sem nada. Você ouve o eco. Ó, olha só. Esse é o ruído da multidão. Esse eco influi no meu espírito, me dá um sentido de legitimidade à minha luta. Eu sinto o gemido da multidão sem nada. Eu sinto na alma o verbo da angústia. Esse gemido da multidão, de madrugada, diz assim: “Doutor, salve meu filho!” E eu acordo de madrugada para salvar o filho. A minha mulher já nem pergunta pra onde vou. “Pra onde vai?” (...) *A entrevista continua com a mulher de Tenório e com uma de suas filhas.* – 02:13

02:39 – Porque chegamos num período que, para ser deputado aqui, era preciso ter uma arma ... um objeto de defesa. E o mundo todo, mas não ia deixar matar. Naquele tempo, se matava aqui sem motivos. – 02:56 *A entrevista continua, mas ela não trata do assunto que desejo.*”

necessariamente definiam o alinhamento dos recrutados com os interesses do coronel (GUIMARÃES, 2008, 159). Fato importante para pensarmos os alinhamentos e alianças organizadas por e em torno de Tenório Cavalcanti, ou seja, que forças e poder político ele organizava?

Um fato merece observação, independente até das interpretações distintas sobre o fenômeno, é a percepção de que este se estrutura como um sistema no qual o uso da violência é um elemento fundamental, mesmo que para muitos isto apareça como um elemento banalizado, o uso da violência e inclusive a ideia da legitimação de seu uso por quem o pratica, é essencial para compreensão da ocorrência e permanência do fenômeno, tanto em um período histórico como no outro.

Na baixada o uso da violência não foi diferente, já que dentro deste período (1950 a 1964), vimos relatadas diversas chacinas, cujo intuito era a eliminação de opositores e a demonstração do poder, com a manutenção das estruturas instituídas.

Segundo Pang:

“A legitimação da violência foi frequentemente obtida, pelos membros do clã, através do exercício de cargos públicos. [...] Na prática, os grupos armados sob o comando de um fazendeiro escapavam ao controle das autoridades reais ou imperiais, que se viram forçadas a dar-lhes um status legal, ou quase legal, como unidades militares. Tendo sido a violência assim institucionalizada, a transformação do poder privado em poder público foi um processo rápido. [...] Em algumas ocasiões ocorreram confrontos entre grupos armados públicos e particulares, e tornaram-se cada vez mais frequentes na medida em que os potentados estaduais e locais muitas vezes travaram lutas eleitorais nos séculos XIX e XX.” (GUIMARÃES, 2008, 160)

Para dar subsídios a nossa interpretação recorremos a Saes (1998), segundo o qual o coronelismo é pode ser interpretado como um fenômeno político composto por um conjunto de práticas só possíveis e funcionais no tipo de Estado burguês⁸ ou capitalista, visto que este estado age na desorganização das classes trabalhadoras na medida em que as isola. Visão que se aproxima de nosso objeto por dar conta dos

⁸ Esse Estado burguês é caracterizado por uma dupla funcionalidade, que é a de desorganizador das classes trabalhadoras e de organizador da classe dominante.

processos de transformação e reorganização da sociedade brasileira e particularmente da sociedade carioca, podendo ser um instrumento adequado para interpretação da existência desta prática coronelista no período e na região por nós delimitada.

Esta abordagem implica no entendimento do efeito de isolamento e representação das classes trabalhadoras no estado burguês e em compreender como se processaram as relações de produção pré-capitalistas como meação, parceria e outras formas de prestação de trabalho, que produziram e produzem relações de dependência pessoal.

Assim, para o autor, “a classe hegemônica é aquela que controla a política de Estado e conseqüentemente tem poder de definir a política de desenvolvimento que favoreça aos seus interesses,” (SAES, 1998, 74) fato que corrobora para pensarmos a trajetória e a atuação política de Tenório Cavalcanti.

Logo, o coronelismo é identificado como sendo:

“Um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas democrático-burguesas. É um conjunto de práticas político-eleitorais que participam de um modo peculiar da dupla função do Estado burguês que é a de desorganizar as classes trabalhadoras e unificar a classe dominante sob o comando hegemônico de uma de suas frações”. (SAES, 1998, 74)

Dessa forma, o coronelismo seria um fenômeno político verificável no quadro de um Estado burguês democrático e por si só já indicaria a existência desse Estado, mas ele só nasce e se desenvolve diante de algumas condições especiais, sendo a primeira delas as relações de dominação e dependência pessoal que só estão presentes em relações produção pré-capitalistas, visto que a cessão da terra por parte dos latifundiários ao trabalhador implica uma obrigação de lealdade e fidelidade ao chefe local. O desenvolvimento desta abordagem nos permite instaurar uma perspectiva semelhante para pensarmos as relações de produção econômica e política do estado capitalista moderno.

O coronelismo em áreas rurais não implicava na inexistência de luta de classes no campo, a forma de luta não era no terreno eleitoral, mas tornava-se explosiva e violenta nos movimentos sociais de rebeldia como o cangaço e os messianismos

(Antônio Conselheiro e Padre Cícero), ou manifestava-se através do êxodo rural, onde as pessoas por não terem alternativa de sobrevivência no campo fugiam para as cidades.

Até o ano de 1930, o coronelismo estava a serviço da burguesia comercial cafeeira. O PSD (Partido Social Democrático) foi criado por essas classes como representante legal dos seus interesses. A partir de 1945, “contraditoriamente”⁹, iria se pôr as forças sociais pró-industrialização que controlavam a política do Estado. Saes afirma que durante esse período o PSD tirou os grandes proprietários de terras do ostracismo político em que viveram durante o Estado Novo, “recorenelizando-os”. (SAES, 1998, 74)

Conclusão

Para ajudar-nos a corroborar o nosso pensamento, e dar peso e acima de tudo, veracidade, recorreremos a três autores distintos (um jurista, sociólogo e jornalista), que descrevem sobre o assunto.

O jurista João Damasceno, ao mencionar sobre a morte da juíza que ocorreu no Rio de Janeiro, começou a pesquisar e escrever sobre assuntos ligados ao “comando paralelo”. Logo, este autor, que pertence a Associação Juizes para a Democracia, escreveu um artigo para a bancada de Magistrados, e mencionou sobre o coronelismo presente no Rio de Janeiro, desde “sua fundação”. Logo ele entra no século XX, meados do século XX, ocorreu um fenômeno que ele denomina coronelismo urbano. Que tem seu expoente máximo, Tenório Cavalcanti.

Somente durante o governo Vargas as milícias e os coronéis tiveram seus poderes contrastados pelo Estado. Mas bastou o fim daquele governo e elas se reorganizaram. Na Baixada há bons exemplos de coronéis urbanos. Em Duque de Caxias, um usava uma capa preta assumindo poderes de magistrado. Prolatava suas sentenças e as executava com auxílio da ‘Lurdinha’, uma metralhadora. Outro chegou a tomar com seu bando o prédio da Prefeitura de Nova

⁹ A ideia era que ao acabarem as questões ditatoriais de Getúlio Vargas, o Brasil entraria em uma democracia plena e com isso, iria acabar com a questão do coronelismo, só que foi o contrário, ao se reagruparem, isso deu uma sobrevida aos Coronéis.

Iguaçu em episódio ainda pouco estudado e chamado de Revolução Iguaçuana.¹⁰

Para o sociólogo Alves, primeiro cabe o patriarcado dessa nova formação em curso. Getúlio de Moura foi interventor no Município de Nova Iguaçu pós-revolução de 1930 e líder político local afinado e leal ao Governo Getúlio Vargas, em todos os seus períodos, de 1930 a 1945; foi deputado federal por 20 anos, valendo-se largamente do clientelismo coronelista e incentivando os loteamentos clandestinos. Fechou seu ciclo de influência na região:

Quando vieram as emancipações, e o município de Nova Iguaçu foi dividido em quatro, ele colocou em cada novo município um lugar-tenente seu: em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti; em São João de Meriti, a família Hazuk; ele mesmo em Nova Iguaçu, e a família Simão em Nilópolis. Além disso, indicou o nome da maioria dos donos de cartório da Baixada.^{11 12}

O jornalista Vinicius Albuquerque, do Jornal Diário de Natal, faz uma reportagem, onde demonstra que a sua fama de “coronel”, não perpetuava apenas na Baixada, e sim se espalhou por todo o Brasil, devido a uma entrevista dada a extinta Revista O Cruzeiro. Nesta reportagem do Diário de Natal, o jornalista apresenta um Senhor, que recebe o nome de Tenório, o qual foi batizado¹³ pelo próprio Tenório Cavalcanti.

Para muitos, essa notícia soa como um agrado a um admirador, mas há toda uma história de alinhamento político por detrás deste simples gesto. Isso é o que o

¹⁰ A reportagem exibida antes do debate ao vivo entrevistou jornalistas, juízes e juristas. O representante da Associação Juizes para a Democracia, João Batista Damasceno, destacou que é preciso lembrar que a luta das oligarquias locais contra o poder central é um problema historicamente presente nas relações institucionais no Brasil.

¹¹ ALVES, J. C. S. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.p.82

¹² As emancipações se deram, respectivamente em: Duque de Caxias, 1943; São João de Meriti e Nilópolis, 1947. Em sua tese, ele descreve esse grupo como membros da rede coronelista na Baixada Fluminense, tendo na figura de Tenório Cavalcanti seu expoente máximo.

¹³ Segundo os autores que descrevem sobre o assunto coronelismo, esta prática era muito realizada perante aos correligionários, pois para demonstrar uma lealdade a estes, eles davam, o apadrinhamento de seus filhos, como prova. Neste caso de Santana do Matos, Tenório Cavalcanti, apadrinhou o filho de um aliado de um de seus aliados na região, mostrando implicitamente, que os “coronéis” devem ter um alinhamento político.

jornalista deixa implícito na matéria. Já que toda a “mitologia” que Tenório tinha em torno de si, foi também lembrado, quando um popular grita: “Viva o pistoleiro de Caxias!”¹⁴. Toda essa mítica anda lado a lado com sua pessoa.

É através dessas notícias, esses artigos e teses que nós podemos dizer que Tenório Cavalcanti, tinha sim um caráter Coronelista, para nós, já para ele, era uma questão justa, foi o que ele respondeu ao mesmo popular que gritou. A sua resposta foi a seguinte: “Pistoleiro não, sou um homem digno e correto nas minhas atitudes!”¹⁵.

Assim concluímos mostrando que sim, podemos dizer que as práticas apresentadas nas fontes, dá um caráter coronelista a Tenório Cavalcanti, logo podemos afirmar que sim, podemos dizer de práticas coronelistas em meados do século XX.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. C. S. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

BARROS, Jose D'Assuncao. *Historia Comparada: um novo modo de ver e fazer a Historia*. Revista de Historia Comparada, Rio de Janeiro, 2007.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1991.

DANTAS, Ibarê. Coronelismo e Dominação. Aracaju, UFSE, PROEX/CE-CAC. Programa Editorial, 1987.

FAORO, Raimundo. Os donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As Classes Perigosas Banditismo urbano e rural, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa Omega, 1975.

¹⁴ Diário de Natal, Natal, Domingo, dia 17 de setembro de 2006.

¹⁵ Idem.

QUEIROZ, Maria Isaura. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa Omega, 1972.

SAES, D. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: UNICAMP, 1998.

VIEIRA, José. (1980), *A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados, 1909*. Brasília, Senado Federal.

Fontes Impressas

Diário de Natal, Natal, Domingo, dia 17 de setembro de 2006.